

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE SOCIOLOGIA NO
ENSINO MÉDIO

Jaqueline Bitencourt

**AS PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA COM A NOVA BASE
CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO**

Encantado, RS
2015

Jaqueline Bitencourt

**AS PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA COM A NOVA BASE CURRICULAR DO
ENSINO MÉDIO**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio.**

Orientadora: Rosana Campos Soares

Encantado, RS
2015

Jaqueline Bitencourt

**AS PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA COM A NOVA BASE CURRICULAR DO
ENSINO MÉDIO**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio**.

Aprovado em 28 de dezembro de 2015.

ROSANA SOARES CAMPOS, Dra. (UFSM)
Presidente/Orientadora

LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES PEREIRA MOURAD, Dra. (UFSM)

CLEBER ORI CUTI MARTINS, Dr. (UFSM)

Encantado, RS
2015

AS PERSPECTIVAS DA SOCIOLOGIA COM A NOVA BASE CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO

THE PROSPECTS OF SOCIOLOGY WITH THE NEW COURSE OF SECONDARY EDUCATION BASE

Jaqueline Bitencourt¹

RESUMO

O presente artigo analisa as perspectivas de consolidação da disciplina de Sociologia, a partir da proposta da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Apesar de obrigatória, a disciplina ainda não desenvolveu uma tradição pedagógica ou delimitação dos conteúdos relativos ao Ensino Médio. A expectativa é de que essa discussão possibilite o aprimoramento e a efetivação do seu currículo, principalmente através das possibilidades da interdisciplinaridade norteadas pelos temas integradores, sugeridos pelo documento. São analisadas também, a necessidade de formação continuada dos professores, a realidade do aluno e da escola, além da relevância da Sociologia em buscar práticas educativas que dialoguem sobre o futuro profissional e educacional dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia. Ensino Médio. Currículo Nacional

ABSTRACT

This article analyzes the perspectives of Sociology discipline consolidation, from the proposal of the National Curriculum Common Base (BNCC). Although mandatory, discipline has not yet developed a pedagogical tradition or delimitation of the contents related to high school. It is expected that this discussion will enable the improvement and effectiveness of your resume, especially through the possibilities of interdisciplinary guided by integrators themes suggested by the document. They are analyzed also the need for ongoing training of teachers, the reality of the student and the school, in addition to the relevance of Sociology to pursue educational practices that communicate on the professional and educational future of students.

KEYWORDS : Sociology. High school. National Curriculum

¹ Professora de Sociologia na Secretaria Municipal de Educação, São José, SC. Pós-graduanda em Ensino de Sociologia no Ensino Médio na Universidade Federal de Santa Maria, RS.

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. O QUE É A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM.....	06
3. ENTENDENDO A CULTURA JOVEM.....	07
4. AS CIÊNCIAS HUMANAS NO ENSINO MÉDIO.....	09
5. PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DA ESCOLA.....	09
6. A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES.....	11
7. CONCLUSÃO	11
8. REFERÊNCIAS.....	12

1 INTRODUÇÃO

A Sociologia desenvolveu-se efetivamente no Brasil, a partir da década de 1920. Entre outros pensadores, destaca-se Florestan Fernandes e a sua preocupação em estudar as perspectivas teórico-metodológicas da Sociologia. Em seu livro, Fundamentos empíricos da explicação sociológica, o autor busca fundamentar a Sociologia como ciência no Brasil, pois entendia “ser um requisito básico para a inserção do país na sociedade moderna, científica e tecnológica”. (TOMAZI, 2013, p. 70)

A obrigatoriedade da disciplina de Sociologia ocorreu a partir da Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, em todas as séries do Ensino Médio e a sua inclusão tardia não formalizou um consenso sobre alguns tópicos ou perspectivas curriculares.

A Base Nacional Curricular Comum propõe essa formalização através da participação de todos os interessados em desenvolver esse projeto. O documento traz várias possibilidades de inserções, tanto nas pesquisas sobre os problemas das sociedades e sobre as culturas e suas formas de poder, quanto na abordagem de conceitos como “fato social, interações, relações sociais, instituições sociais, classes, status, poder, cidadania, trabalho, formas de solidariedade, de conflito e de dominação, estruturas sociais e padrões de mobilidade social, representações sociais e culturais, identidades sociais, políticas e culturais, movimentos sociais, formas de organização do Estado e de regime do governo. São tópicos fundamentais e devem ser básicos para o ensino da Sociologia.

Segundo a BNCC, ao colocar os estudantes em contato com esses conceitos, emerge um processo cognitivo que modifica o ângulo a partir do qual, muitas vezes eles observam e vivenciam determinados eventos como naturais. Com esse processo, também se espera provocar a curiosidade em torno dos fenômenos sociais presentes nas sociedades, incentivando a formulação de perguntas sobre a realidade social, muito especialmente sobre aquela na qual vivem”(p. 297). É necessário aprender a considerar a escala dos processos sociais, incluindo as mudanças provenientes das tecnologias, para melhor compreender como eles sempre impõem limites e oportunidades para a intervenção humana.

A base curricular comum deverá ser implantada em todas as escolas, acabando de vez com a fragmentação de grades curriculares de tal forma que não sejam mais tão diferentes em cada escola. Para que isso se concretize, é necessário que o educador participe e compreenda o que poderá mudar, sugerindo melhorias tanto para o seu trabalho quanto para o processo de ensino.

2 O QUE É A BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento aberto à participação de todos e será submetido à apreciação crítica para ser revisto, complementado, modificado em escala nacional e, após, será encaminhado no primeiro semestre de 2016, para aprovação pelo Ministério da Educação. É uma proposta que irá destacar os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso e se apropriar durante sua trajetória na Educação Básica. Com ela, os sistemas educacionais, as escolas e os professores terão um importante instrumento de gestão pedagógica e as famílias poderão participar e acompanhar mais de perto a vida escolar de seus filhos.

A BNCC será mais uma ferramenta que vai ajudar a orientar a construção do currículo de todas as escolas de Educação Básica do país. O texto preliminar está dividido por áreas do conhecimento, iguais às do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): ciências humanas, ciências da natureza, matemática e linguagens. Dentro das áreas, além dos objetivos gerais de cada uma, existem os chamados “temas integradores” que são considerados conhecimentos interdisciplinares e temas transversais entre as quatro áreas: o consumo e a educação financeira; a ética, os direitos humanos e a cidadania; a sustentabilidade; as tecnologias digitais e as culturas africana e indígena. A proposta de diálogo entre as disciplinas, favorece a integração de conhecimentos como regra, permitirá que a disciplina de Sociologia contribua para que o fluxo de conhecimentos tenha como pressuposto a visualização do ser humano por inteiro, multidimensional em sua diversidade histórica e cultural.

Essa revisão implicará na desconstrução de concepções e práticas de educação pautadas numa racionalidade de distinções que repercutem na forma como o conhecimento também é tratado na escola. Sob a ótica de uma proposta educacional formativa e integrada às exigências do mundo moderno com a intenção de formar indivíduos capazes de responder aos novos desafios que se produzem no mundo contemporâneo, pretende a integralidade na formação do educando. A escola deve organizar-se para formar indivíduos capazes de lidar com as novas tecnologias e linguagens, assim como capazes de responder a novos desafios do mundo contemporâneo, articulando diferentes saberes e experiências. A transversalidade só faz sentido dentro de uma concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos estudantes e da comunidade.

Se for bem elaborada, a base curricular comum poderá se tornar um currículo nacional, que norteará as capacidades e os conteúdos mínimos que as crianças e os jovens precisam aprender e as condições necessárias para isso. O documento será apenas o primeiro nível de concretização do currículo, que se completará após o trabalho das redes estaduais, municipais e, posteriormente, de cada escola, com o seu projeto político-pedagógico (PPP). Assim, o currículo deixará de ser um plano proposto a partir do momento em que seja interpretado e adotado pelos professores.

3 ENTENDENDO A CULTURA JOVEM

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) define que o Ensino Médio é a etapa de escolarização que deve priorizar, além da cultura juvenil específica da própria época, as experiências e atividades educativas que dialoguem sobre o futuro profissional e educacional dos alunos.

Vários temas abordados na Sociologia podem auxiliar na compreensão dos dilemas pelos quais passam nossos jovens hoje, para uma intervenção mais consciente e efetiva na sua realidade. No entanto, essas possibilidades na maioria das vezes não estão postas como alternativas a serem conscientemente escolhidas, já que são percebidas de forma difusa, misturadas, naturalizadas, desenraizadas. Muitas vezes esses jovens não passam de meros consumidores de uma indústria cultural global, à mercê do que outros decidem ressaltar como bom, belo e comerciável. Sua participação crítica e criativa fica embotada em um mundo de muitos estímulos e pouca memória. Não compreendendo sua localização social, perdem o domínio de sua identidade.

Nossos jovens nasceram em um mundo onde os meios de comunicação e de transporte aumentam cada vez mais o volume e rapidez das informações, trocas e transformações culturais. A Sociologia no Ensino Médio pode contribuir bastante na compreensão destas relações, auxiliando os jovens na construção consciente de suas identidades, ampliando sua criticidade e autonomia perante a realidade fabricada/globalizada pela indústria cultural. Nesse contexto, faz-se necessário repensar distinções ou disjunções entre o local, o nacional e o global. No caso dos jovens de hoje, a questão se complexifica, pois muitos não chegam nem a saber quais os valores que amam. Não chegam a construir uma identidade moral bem definida. Atualmente, a diversidade e/ou a tolerância a ela, ganha espaço significativo no amplo processo social. A formação moral neste contexto torna-se cada vez mais variada e difusa, e os valores incorporados por uma mesma pessoa, muitas vezes são contraditórios, sendo mobilizados diferentemente de acordo com cada situação vivenciada (LAHIRE, 1998). Os jovens de hoje deparam-se com uma infinidade de opções a trilhar que contrastam com as possibilidades efetivas de consumá-las, seja pela situação social atual que dificulta sua compreensão da relação entre sua identidade, suas escolhas e a sociedade em que vivem. Não percebendo a importância da compreensão histórica para se localizar e agir mais conscientemente sobre o mundo, acabam refém da indústria cultural. Esta, por sua vez, pode intensificar esse processo de individualismo, apatia social e postura não crítica. Mesmo com o processo social que leva ao individualismo e à submissão cultural ao mercado global, percebe-se que os jovens de hoje buscam identidades coletivas e desejo de pertencer a um grupo ou a alguma “tribo”. Não desejam estar sozinhos ou sem marcas culturais que os identifiquem em sua localização social. Articular conceitos como: identidade e diversidade, coesão de grupo e acesso amplo, indivíduo e sociedade, história e biografia, público e privado, de forma que um não suprima o outro, é um desafio contemporâneo. Atualmente, a diversidade (e a tolerância a ela) ganha espaço significativo no amplo processo social. A disciplina de Sociologia pode contribuir para desenvolver uma maior consciência do jovem sobre a sua efetiva participação política e o poder do Estado, além de dar visibilidade a questões de gênero, diversidade cultural e etnocentrismo. A disciplina pode expor de forma analítica e científica, as desigualdades e a exclusão social, além dos direitos fundamentais do indivíduo na sociedade, previstos em nossa Constituição. A Sociologia teria, portanto, a responsabilidade de reinterpretar os fatos cotidianos e demonstrar cientificamente as explicações construídas sobre os mesmos, porque a sua proposta de análise científica da sociedade possui objeto, teorias e métodos que permitem desvendar a realidade e ir além das aparências dos fenômenos. A partir dos conceitos e fundamentos sociológicos, é possível que o aluno compreenda fenômenos sociais dos quais participa diretamente ou que possuem relevância para sua vida individual ou familiar, isto é, fenômenos de seu próprio cotidiano. Este caráter educacional da Sociologia é um dos elementos essenciais para se conhecer a realidade em que vivemos. Conforme Theodor Adorno (1903-1969), para a adaptação ao mundo e também para a mudança, há sempre uma tensão neste processo educativo. Às vezes tende para um lado, outras para outro. A Sociologia tem, portanto, um conjunto de conhecimentos e de práticas científicas que devem fazer parte do conhecimento de todos os indivíduos para que eles possam pensar a sua vida e a sociedade em que vivem.

Educar é transmitir conhecimentos e valores de uma sociedade. Compreender estes três aspectos ou dimensões (científico, político, educacional) do ensino da Sociologia e a tensão que existe entre eles é importante para que a disciplina não seja transformada em algo extremamente científico (quase técnico) ou em aulas de politização (num ensino orientado ideologicamente) ou em aulas de educação genérica. A Sociologia contribui para que o aluno compreenda sua inserção no meio social, desenvolva o pensar sociológico, e assim desvele a si próprio como ser social, sujeito reprodutor e transformador de sua própria sociedade. E se pretendemos que o ensino da Sociologia contribua para a emancipação humana, comecemos por incluir o aluno como sujeito participante e crítico dos processos de produção da verdade, o que significa que uma aula de Sociologia não pode se permitir ser uma explanação de dogmas. (RAMAL, 2002, p 131)
Portanto, seria fundamental que a formação do aluno contemplasse uma sólida e ampla formação ética, social e reflexiva relacionada à área de humanidades.

4 AS CIÊNCIAS HUMANAS NO ENSINO MÉDIO

Segundo a LDB e as DCNEM, as Ciências Humanas devem contemplar temáticas relativas às manifestações culturais regionais, à história e às culturas afrodescendentes (Lei 10639/03) e indígena brasileiras (Lei 11645/08) como elementos fundamentais para o convívio com a diversidade, além de temas como a heterogeneidade de visões de mundo e a convivência com as diferenças, de forma a favorecer o exercício da autocrítica e da criatividade. A presença da Sociologia no Ensino Médio tem especial relevância como abordagem qualificada da realidade social que enriquece a formação desenvolvida pelos demais componentes curriculares. Como ciência da sociedade, integra além da própria tradição da Sociologia, as da Antropologia e da Ciência Política, assumindo as funções de por um lado, compartilhar teoria e conceitos consagrados pelas comunidades científicas dessas três tradições e, de outro lado, praticar o estranhamento e a desnaturalização fazendo do senso comum, da intolerância, dos preconceitos, dos estereótipos e dos estigmas, objetos privilegiados de sua leitura crítica. (BNCC, p. 296)

O educador deve priorizar a discussão de valores como liberdade, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade, objetivando o desenvolvimento da reflexão crítica sobre as realidades sócio-históricas, culturais e políticas. A globalização e o consumo devem ser objetos de discussão para a compreensão das relações de produção e consumo como potenciais causas, mas também como consequências de desigualdades sociais, refletindo sobre o papel da ideologia nesse contexto. (RÊSES, 2013, p. 191)

5 PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DA ESCOLA

A própria escola propicia a experiência de socialização, pois a reflexão sobre a vida em coletividade pode contribuir para a igualdade e para o maior respeito à diversidade. A escola incrementa a comunicação entre as pessoas e o mundo, trazendo mais símbolos, categorias, paradigmas para se perceber e se relacionar com a realidade, além de colocar em um mesmo espaço diversos indivíduos oriundos de localizações sociais distintas.

A escola recebe todo este legado cultural e nos impele, para nos encontrarmos no verdadeiro e no correto, à obediência às regras discursivas que devemos reativar em cada um de nossos discursos. Estas regras aprendidas através da escola, é que definem condições do funcionamento dos discursos, impondo-as aos indivíduos que os pronunciam, selecionando o acesso a eles.(TOMAZI, 2013, p.40)

O que se fala ou se prega sobre o valor da escola e os padrões para definir o que é uma boa educação, uma boa instituição de ensino médio, por exemplo, além de estar intimamente ligado com o contexto social em que surge, acaba por influir dinamicamente no cenário presente e futuro. A escola só é capaz de integrar os diversos indivíduos e exercer a intermediação entre eles e o Estado quando parece significativa ao público atendido. Nem sempre isto acontece, principalmente pelo fato de manter uma linguagem muito distante da comunidade servida. Ao invés de incluir, esta instituição interdita, classifica e desconsidera discursos e vivências fora de seu padrão. A integração moral e intermediação política são funções escolares limitadas, neste mundo tão diversificado e, ao mesmo tempo, excludente e opressor. (SANTOS, LEAL, 2013, p.142)

O espaço escolar não pode ser estático, imutável, pois a sociedade transforma-se e com ela os elementos de suas relações. É responsabilidade de todos os envolvidos no processo de aprendizagem cultivar o convívio social, respeitar-se e promover o respeito ao outro, sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções e credos. Para que os objetivos sejam atingidos, todas as áreas do conhecimento, de forma articulada e progressiva, devem mobilizar-se. A escola deve contribuir para com esses direitos fundamentais, dispondo de condições para, entre outros, a vivência da cultura, a descoberta crítico reflexiva das ciências, a compreensão da democracia, da justiça e da igualdade, resultantes de seu contínuo envolvimento e participação.

Hoje, em nossas escolas brasileiras, muitos constroem o conhecimento a partir do legado cultural dos estudantes e suas comunidades, problematizando discursos e comportamentos, buscando incrementar o diálogo, a criticidade e a autonomia de todos os sujeitos do processo educacional. Nem sempre hegemônica, esta linha promove estranhamento, intensificando o debate cultural e, muitas vezes, o conflito. A própria obrigatoriedade da Sociologia como disciplina no Ensino Médio é resultado de um processo de contestação e compreensão da importância da criticidade, participação, respeito à diversidade e à autonomia dos sujeitos sociais (SANTOS, LEAL, 2013, p. 144)

6 A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR

Preparar adequadamente o pessoal docente e demais profissionais da escola para que compreendam “as juventudes”, sua diversidade e seus processos, sempre complexos, de produção de identidades e diferenças, é um desafio. Soma-se a isso, encontrar na escola e na comunidade onde ela está situada, condições favoráveis ao aprendizado, que sejam instigantes para as juventudes. É preciso priorizar as condições de trabalho dos profissionais da educação, fortalecendo sua identidade profissional e as condições para a afirmação de uma autoridade intergeracional que seja também democrática e que comporte a participação ativa das juventudes no projeto educacional. Segundo Antônio Cândido (1949) é “a relatividade do ponto de vista sociológico para o conhecimento integral do homem, que é o verdadeiro

escopo da reflexão e da pesquisa, e que será tanto melhor quanto mais completa for nossa visão de que a sociologia é apenas um lado”.

A visão do educador precisa ser ampliada para além do ambiente escolar de forma que o aprendizado da história social seja compreendido como formador das suas identidades e escolhas.

O acesso às informações dentro e, principalmente fora da escola, torna ingênua a tentativa de estabelecer planejamentos rígidos e esquemas antecipados de aprendizagem. A escola é quem incrementa a comunicação entre as pessoas e o mundo, trazendo mais símbolos, categorias, paradigmas para se perceber e se relacionar com a realidade, além de colocar em um mesmo espaço diversos indivíduos oriundos de localizações sociais distintas.

7 CONCLUSÃO

A Base Nacional Comum, prevista na Constituição para o ensino fundamental e ampliada, no Plano Nacional de Educação, para o ensino médio se justifica pelos dados apresentados. No Brasil, pouco mais da metade dos jovens terminam o ensino médio aos 19 anos de idade (54,3%). Os indicadores foram apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com as projeções da Meta 4 do Todos pela Educação, em 2013, esses percentuais deveriam ser de 84%. Os dados mostram que, de forma geral, a porcentagem está regredindo desde 2007: caiu de 42,5% para 29,5% em 2013.

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do ensino médio vem se mantendo estagnado em 3,7 nos últimos anos. A resumida amostra de dados demonstra a urgência em refletir sobre as causas do chamado “fracasso escolar” e deve motivar ações como a presente proposta da BNCC, em buscar alternativas pedagógicas que sejam capazes de mobilizar a imensa capacidade de aprender de nossos jovens, superando a dicotomia entre culpá-los ou vê-los como vítimas.

Dentro desse contexto, a contribuição da Sociologia assume especial importância pois ela também resulta de um processo de contestação e compreensão da importância da criticidade, da participação, do respeito à diversidade e da autonomia dos sujeitos sociais. A partir dos pressupostos da Sociologia de Georg Simmel (1858-1918), o estudo sobre a vida social deve levar em consideração a experiência individual - do educador e do aluno - decorrente das interações simbólicas na realidade cotidiana.

A definição dos objetivos de aprendizagem se faz, portanto, pela articulação entre a singularidade das áreas de conhecimento e de seus componentes e as especificidades dos estudantes, ao longo da educação básica.(BNCC, p.11)

A construção de conhecimentos envolve a discussão constante de meios e modos de diminuir as exclusões, uma constante na educação. Assim, espera-se que as discussões sobre a proposta curricular comum da disciplina de Sociologia, a partir de temas e debates nacionais, baseada em análises sobre questões que a própria sociedade brasileira encena, possa efetivamente contribuir com uma diversidade de temas e enfoques significativos para os estudantes do Ensino Médio.

8 REFERÊNCIAS

BNCC. **Base Nacional Curricular Comum**. BNCC. Ministério da Educação. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>> Acesso em 15 nov 2015.

CÂNDIDO, Antônio. **A Sociologia no Brasil**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000100015&lang=pt> Acesso em 21 nov 2015.

COLEÇÃO EXPLORANDO O ENSINO. Ministério da Educação. **Sociologia**. Ensino Médio. v. 15, Brasília, 2010. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=78432011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192>

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE SOCIOLOGIA. Módulo 2. Cuiabá, MT. Central de Texto. 2013.

EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum**. Portal Brasil. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/09/entenda-o-que-muda-com-o-novo-curriculo-do-ensino-publico-brasileiro>> Acesso em 18 dez 2015.

IDEB. Instituto do Desenvolvimento da Escola Básica. **Resultados e Metas**. 2015. Disponível em <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>> Acesso em 18 dez 2015.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>> Acesso em 25 out 2015.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12992-diretrizes-para-a-educacao-basica>> Acesso em 25 out 2015.

TONET, Ivo. **Educação e formação humana**. Disponível em <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_E_FORMACAO_HUMANA.pdf> Acesso em 18 nov 2015.